



O FENÔMENO DO CYBERBULLYING E SEU ENTRELAÇAMENTO COM A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Isabel Cristina Martins Silva¹

RESUMO

Embora o Cyberbullying seja um tema ainda pouco abordado no âmbito escolar, dando-se maior ênfase para o Bullying, sua abrangência e gravidade, trata-se de um problema mundial que a sociedade vem enfrentando com muita frequência. Assim a abordagem desse tema se faz necessária, pois tem chamado a atenção e está sendo reconhecido como causador de danos e merecedor de medidas para sua prevenção e enfrentamento. Nesse contexto surge a Justiça Restaurativa como ferramenta de prevenção e resolução dos conflitos gerados pela violência praticada através da Internet, que através de seus procedimentos, valores e princípios utiliza a comunicação não violenta, a qual proporciona o aprimoramento das relações entre educadores e alunos com o objetivo de que estas relações humanas sejam pacíficas, proporcionando uma conexão sincera e empática entre elas e também entre autores e vítimas das violências advindas do Cyberbullying. Entende-se que o papel dos educadores de um novo tempo é de alavancar uma formação cidadã que venha desenvolver o surgimento de uma nova cultura com comunidades que saibam conviver nas complexidades das relações, com todos os seus conflitos e diversidades. O presente trabalho está alinhado com a Área de Concentração Direito, Sociedades Globalizadas e Diálogo entre Culturas da Faculdade de Direito de Santa Maria, seguindo a linha de pesquisa do Constitucionalismo, Concretização de Direitos e Cidadania.

Palavras-chave: Cyberbullying. Justiça Restaurativa. Internet.

Referências:

FELIZARDO, Aloma Ribeiro. *Cyberbullying, Difamação na velocidade da luz*. 1ªEd.2010 – Editora Willem Books – São Paulo – Brasil.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 24. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARSHALL, Chris; **BOYARD**, Jim; **BOWEM**, Helen. *Como a Justiça Restaurativa assegura a boa prática? Uma abordagem baseada em valores*. In: **SLAKMON**, C.; **DE VITTO**, R.; **PINTO**, R. Gomes (Org.). *Justiça Restaurativa*. Brasília/DF: Ministério da Justiça, PNUD, 2005.

¹ Autora. Graduada em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria – FAMES; Especialista em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP; Professora da Disciplina de Justiça Restaurativa e Professora Pesquisadora e Coordenadora Adjunta do Núcleo de Segurança Cidadã (NUSEC) na Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Coordenadora de Procedimentos Restaurativos. E-mail: cris.praticasrestaurativas@gmail.com.



MALDONADO, Maria Tereza. *Bullying e cyberbullying – o que fazer com ISS*. Disponível em: <http://www.mtmaldonado.com.br/> - Acesso em: 29 de out. de 2013.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MORIN, Edgar; **ALMEIDA**, Maria da Conceição (Orgs.). *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002.

PRANIS, Kay. *Processos Circulares*. São Paulo: Palas Athena, 2010.

PRUDENTE, Neemias Moretti. *Justiça restaurativa, experiências brasileiras, propostas e direitos humanos*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito – Universidade Metodista de Piracicaba, 2009.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

ZEHR, Howard. *Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.